

Os perigos da ligeireza

Na semana passada, o director de um influente semanário publicou um editorial cheio de ideias inovadoras. Nele se argumenta que Portugal sofre hoje pela acumulação de quatro choques fundamentais. Primeiro, a perda do império colonial. Que o facto de Portugal ter perdido acesso aos mercados africanos terá constituído um choque violento. Tanto mais que o nosso país é pequeno, face à extensão dos territórios colonizados. Em segundo lugar, que a transição para a democracia, pelo facto de exigir reformas nas instituições, terá causado rupturas, que demoram tempo a estabilizar. Em terceiro lugar, que a abertura das fronteiras ao exterior, expondo as empresas portuguesas à concorrência de congéneres provenientes de países mais desenvolvidos, terá feito "estremecer o edifício económico". Finalmente, que a perda da moeda nacional, além de reduzir a margem de manobra da política económica, terá gerado confusão nos consumidores. Observando que nenhum país semelhante ao nosso terá sofrido tantos sobressaltos num espaço de tempo tão curto, o autor conclui que Portugal é hoje "um país atordoado, perplexo, hesitante sobre o rumo a seguir".

Aluno meu que tivesse escrito tal coisa levaria um zero rotundo. Porque mostrava não ter aprendido nada ao longo do curso.

Em primeiro lugar, o que importa não é a dimensão territorial dos países, mas a sua dimensão económica. Os países africanos de expressão portuguesa podem ser geograficamente grandes, mas economicamente são pequenos. Não só são mais pequenos que Portugal, como também estão entre os mais pequenos do Mundo. E se é verdade que a descolonização teve um impacto significativo na Economia Portuguesa, nomeadamente devido ao enorme influxo de refugiados, esse impacto deu-se há trinta anos...

Segundo, Democracia é melhor que Ditadura. Embora se admita que, por vezes, a Ditadura torna mais fácil a gestão da conjuntura, a literatura económica tem sido consensual quanto à relação de causalidade entre o nível de democracia e o desenvolvimento económico. Inúmeros estudos têm revelado que os países que modernizaram as suas instituições conseguiram crescer mais depressa. No caso português, é natural que as reformas institucionais necessárias à consolidação da democracia tenham tido um impacto significativo, mas certamente positivo.

Terceiro, a abertura ao comércio é benéfica, não prejudicial. Essa proposição foi demonstrada há mais de duzentos anos por David Ricardo e não foi, até agora, rebatida de forma credível. Não obstante estarem consagradas na literatura algumas excepções, a regra geral é que a abertura ao comércio, precisamente porque faz "estremecer o edifício económico", purga a economia das actividades menos eficientes. E o ganho de eficiência é tanto maior quanto mais avançado for o parceiro comercial. Empiricamente, inúmeros estudos têm revelado que as economias mais abertas se desenvolvem mais rapidamente. E Portugal constitui, precisamente um exemplo. Durante a primeira fase da Ditadura, quando se praticou o protecçãoismo e se procurou criar um espaço comercial com as colónias, Portugal praticamente não se aproximou, em rendimento per capita, dos países desenvolvidos. Quando finalmente a economia se virou para a Europa e começou a remover os impedimentos à concorrência, experimentou o maior surto de crescimento da sua história recente. Perante esta evidência, cabe na cabeça de

alguém afirmar que estamos hoje a pagar por ter trocado os mercados coloniais pelos mercados europeu e mundial?

Quarto, não há evidência de confusão junto dos consumidores devido à introdução do euro. Além disso, embora as autoridades económicas tenham, de facto, abdicado da possibilidade de desvalorizar o Escudo face às outras moedas europeias, as pessoas que se debruçaram sobre o assunto concluíram que esse custo seria inferior aos benefícios decorrentes da estabilidade monetária e cambial. Será que a unificação monetária na Europa foi um erro colossal?

Finalmente, muitos outros países experimentaram choques bem mais violentos e em menos tempo do que Portugal. Por exemplo, os nossos vizinhos de Leste, ao trocar a Ditadura pela Democracia, a Direcção Central pela Economia de Mercado, ao implementar o "*acquis communautaire*" e no ajustamento da economia para a adesão ao euro (tudo em menos de 15 anos!), não experimentaram reformas institucionais e mudanças de mentalidades bem mais profundas do que nós? E, apesar disso, alguns deles não cresceram de forma notável?

Os analistas, tal como os políticos, têm o poder de influenciar a opinião pública. Ao fazê-lo, influenciam as escolhas individuais. Nessa medida, os analistas, tal como os políticos, têm uma responsabilidade acrescida. Do político, no entanto, não se espera rigor. O político, repetidas vezes afirmará que o Sol anda à volta da Terra. Porque em política, o que parece, é. Por isso é que precisamos dos analistas. Dos analistas, esperamos uma visão esclarecida e independente sobre o que, na verdade, se passa. Do analista, esperamos rigor. Não ao ponto de averiguar se cada uma das suas ideias tem fundamento teórico ou empírico. Mas, pelo menos, esperamos que o analista não atrole teses elementares ou consensuais, contribuindo assim para deseducar o público, em vez de o formar. Além disso, o analista deve ter sangue frio. Para que, nos períodos de crise, consiga manter a razão acima da emoção. Infelizmente, em Portugal, importantes órgãos de comunicação social não fazem um escrutínio adequado às teses que mandam cá para fora. E com tantas teses mal fundamentadas, ainda por cima contaminadas pela onda de pessimismo que varreu o país, não admira que muitos portugueses se sintam atordoados.

Miguel Lebre de Freitas, *Semanário Económico*, 30/1/2004.